



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 052/2025

INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO nº. 016/2025

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Alto Paranaíba – CISALP, através da Comissão Permanente de Licitação, divulga para conhecimento do público e interessados, que está procedendo ao Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de gêneros alimentícios (pães, salgados, lanche, sobremesas e outros diversos) para realização de assembleias, oficinas, solenidades, workshop, reuniões, capacitações e demais eventos promovidos pelo CISALP. Vale ressaltar que não há garantia de consumo mínimo, sendo o pagamento realizado por contratação individualizada de produção (item), conforme detalhamento na tabela abaixo, estabelecida de acordo com as condições e exigências delineadas neste instrumento, por meio de procedimento auxiliar de credenciamento, com base no artigo 79, I, da Lei nº. 14.133/2021, **a partir de 11 de setembro de 2025, no horário das 08:00 às 16:00 horas, na sede do CISALP**, com endereço na Rua Juquinha Souto, nº 100, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa/MG, CEP 38.720-000, **permanecendo em aberto, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, após publicado**, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta do Contrato, cujos termos o integram.

O presente processo licitatório será regido pelas disposições da Lei nº. 14.133/2021 e Resolução do CISALP nº. 008 de 11 de março de 2025.

INTEGRAM O PRESENTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:

Anexo I: Termo de Inscrição para credenciamento;

Anexo II: Declaração de concordância com o edital;

Anexo III: Modelo de Declaração de que não emprega menores;

Anexo IV: Relação de itens com preço (s) de referência para contratação;

Anexo V: Declaração Simples Nacional;

Anexo VI: Modelo de Solicitação de Credenciamento;

Anexo VII: Modelo das Declarações;

Anexo VIII: Estudo Técnico Preliminar – ETP;

Anexo IX: Termo de Referência – TR;

Anexo X: Formulário de Requerimento de Prestação de Serviços;

Anexo XI: Minuta de Contrato;

1. DO OBJETO

Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de gêneros alimentícios (pães, salgados, lanche, sobremesas e outros diversos) para realização de assembleias, oficinas, solenidades, workshop, reuniões, capacitações e demais eventos promovidos pelo CISALP. Vale ressaltar que não há garantia de consumo mínimo, sendo o pagamento realizado por contratação individualizada de produção (item), conforme detalhamento





na tabela abaixo, estabelecida de acordo com as condições e exigências delineadas neste instrumento.

2. DO PRAZO E FORMA DE CREDENCIAMENTO

O credenciamento ocorrerá a partir de 11 de setembro de 2025 no horário das 08:00 às 16:00 horas, devendo os interessados encaminhar TODOS os documentos necessários para o e-mail suportelicitacao@cisalp.mg.gov.br, permanecendo em aberto, por um período de 12 (doze) meses a partir, após publicado, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta do Contrato, cujos termos o integram.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O (s) interessado (s) deverá (ão) apresentar, para credenciamento, a relação de prestação de serviços, juntamente com a documentação exigida para habilitação, no prazo e local constantes do item 2 deste edital, em conformidade com os seguintes requisitos:

3.2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

3.2.1. Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em originais, ou publicação em órgão oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou por servidor do CISALP, mediante apresentação de cópias acompanhadas dos originais.

3.2.2. As certidões exigidas deverão estar dentro do prazo de validade. Na ausência de definição da validade, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão.

3.2.3. Produzirão os mesmos efeitos para os fins deste edital as certidões negativas de débito (CND) e as certidões positivas com efeito de negativas (CPD-EN).

3.2.4. A documentação exigida será vistoriada pela comissão permanente de licitações e contratos, ou órgão correspondente.

3.2.5. Não poderão participar do credenciamento, aqueles que não apresentarem a documentação constante dos itens 3.3. (a seguir).

3.3. DOCUMENTOS PESSOA JURÍDICA

3.3.1. DECLARAÇÕES QUE A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR

- a) **Termo de Inscrição para credenciamento** (Anexo a este Edital);
- b) **Relação de itens com preços (s) de referência para credenciamento** Anexo a este Edital;

3.3.2. CERTIDÕES QUE A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR

3.3.2.1. **Registro Comercial** no caso de empresa individual;

3.3.2.2. **Ato constitutivo, estatuto, ou contrato social e último aditivo contratual**, que contenha as alterações em vigor, devidamente registrados, em que se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de seus administradores;

3.3.2.3. **Decreto de autorização de funcionamento**, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente;



3.3.2.4. **Documento comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.3.2.5. **Documentos dos sócios administradores, ou cargo equivalente;**

3.3.2.6. Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio do interessado licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, cuja prova dar-se-á pela apresentação dos seguintes documentos:

a) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

b) **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede** da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

c) **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

3.3.2.8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** comprovando a inexistência de débito junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ou documento equivalente que comprove regularidade;

b) **Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS** ou documento equivalente que comprove a regularidade;

c) **Certidão de Falência e Concordata.**

3.3. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

3.3.1. Deverá a licitante apresentar os documentos relacionados no item 10.5 do Termo de Referência.

3.4. DOS IMPEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

3.4.1. É vedado o credenciamento nos termos deste edital, nos seguintes casos:

a) Para profissionais que forem servidores públicos em exercício de cargo em comissão, ou função gratificada;

b) Para pessoas jurídicas que não cumpram as exigências deste edital.

4. DO PROCEDIMENTO

4.1. O recebimento dos envelopes de habilitação e credenciamento terá início na data estipulada neste Edital, podendo, os documentos, serem enviados ao e-mail: suportelicitacao@cisalp.mg.gov.br.

4.2. A Comissão de Licitação poderá convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários.

4.3. Após a análise, a Comissão, com base no parecer dos técnicos da Secretaria Executiva decidirá pela Aceitação ou Recusa do Credenciamento.



- 4.4. A recusa será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos por este Edital.
- 4.5. Serão credenciadas todas as empresas que satisfizerem as exigências contidas neste edital.
- 4.6. Recebidos os documentos, o servidor responsável terá 5 (cinco) dias úteis para conferência da documentação enviada pelos interessados.
- 4.7. Após o envio completo da documentação e habilitação dos interessados, o credenciamento será finalizado em até 7 (sete) dias úteis, contados do dia em que foi encaminhado TODOS os documentos regularizados.

5. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1. As condições de valor e forma de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

6. DAS RETENÇÕES FISCAIS

- 6.1. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.
- 6.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.
- 6.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.
- 6.4. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.
- 6.5. A Administração poderá realizar a retenção de 1% da nota fiscal referente ao PASEP, assim que se julgar necessário para a manutenção das atividades do consórcio.

7. DO REAJUSTE

- 7.1. Os valores e quantitativos de procedimentos previstos no Termo de Referência que compõe o anexo deste Edital poderão ser atualizados e republicados a qualquer tempo, vinculando os contratos existentes a partir de sua publicação, tornando o processo duradouro e atendente às demandas públicas.
- A atualização dos valores poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados.
- 7.2. Para ocasião do Processo Licitatório em questão, os valores elencados se referem a realização, pelo CISALP, de pesquisa de mercado para obter valores adequados, considerando o menor valor, conforme estabelecido no art. 23 da Lei Federal nº. 14.133/2021.



7.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATADA, esta deverá comprovar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do fornecimento, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da composição da proposta e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente avençadas.

7.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo CISALP e/ou municípios consorciados, deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo ao erário público.

7.5. Fica facultado ao CISALP realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

7.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do CISALP.

7.7. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços acordados no presente instrumento.

7.8. Os valores a serem pagos pela execução do objeto do credenciamento serão fixos e irrevogáveis, ressalvada a hipótese de alteração de preços da tabela do CISALP sofrer reajuste, conforme deliberação do Conselho de Secretários, Assembleia Geral, Legislação Vigente e normas descritas no item 7.

8. DO CONTRATO

8.1. Será firmado o Termo de Contrato com validade de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme art. 105 e seguintes da Lei nº. 14.133/21, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

8.2. O credenciado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante solicitação e aceite por parte do contratante, contados a partir da convocação pela Administração para assinatura do contrato ou Termo de Credenciamento.

9. PENALIDADES E SANÇÕES

9.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Termo de Contrato, para cada notificação formalizada a este, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei.

9.1.1 A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente três vezes, sendo que a notificação seguinte ensejará a rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

9.1.2. O CONTRATADO ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

9.1.3. Verificada uma das hipóteses previstas nos sub-itens anteriores, o CISALP poderá optar pela convocação dos demais contratados, se houver.



9.1.4. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado o CISALP poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Termo de Contrato juntamente com as seguintes sanções.

a) Advertência.

b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

9.1.5. As sanções previstas na alínea “c”, do sub-item 9.1.4, são de competência exclusiva do Presidente do CISALP, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura das vistas.

10. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. As impugnações ao presente edital convocatório deverão ser dirigidas à Comissão de Licitação do CISALP, até 3 (três) dias úteis antes da primeira data fixada para a abertura dos envelopes de credenciamento.

10.2. Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento, poderão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do dia, subsequente à intimação dos atos. A petição devidamente fundamentada deverá ser dirigida à Comissão de Licitação do CISALP, através do e-mail suportelicitacao@cisalp.mg.gov.br.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As dotações orçamentárias são as estabelecidas no Termo de Referência.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Faz parte integrante deste edital todos os anexos abaixo relacionados.

12.2. O presente instrumento e seus anexos poderão ser retificados a qualquer tempo para correções de erros, inclusão de novos itens e atualização de valores. Eventuais mudanças serão publicadas no Diário Oficial do CISALP e site deste consórcio.

12.2. Fica eleito o foro da Comarca de Patos de Minas/MG, para solucionar quaisquer questões oriundas deste edital.

12.3. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a este credenciamento, serão prestados pelo telefone (34)3824-1710, ou ainda pelo e-mail: suportelicitacao@cisalp.mg.gov.br.

Lagoa Formosa/MG, 27 de agosto de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paraíba

CISALP

de ♥ pra você



Presidente do CISALP

 www.cisalp.mg.gov.br

 (34) 3080-0315

 @cisalp

Sede CISALP

 Rua Juquinha Souto, nº 100 - Novo Horizonte
Lagoa Formosa-MG | CEP: 38720-000



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



ANEXO I

DECLARAÇÃO CONCORDÂNCIA COM EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO n°.

052/2025, INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO n°. 016/2025

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO CISALP,

O licitante (pessoa física/jurídica) (*****), inscrito no CPF/CNPJ (*****), por intermédio do seu representante, (*****), portador da identidade (*****) e do CPF (*****), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório em epígrafe, sob a modalidade Inexigibilidade por Credenciamento 016/2025, instaurado pelo CISALP, que estamos de acordo com todas as disposições do referido edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Lagoa Formosa/MG, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Licitante





ANEXO II

**RELAÇÃO DE ITENS COM PREÇO (S) DE REFERÊNCIA PARA O PROCESSO
LICITATÓRIO nº. 052/2025, INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO nº.
016/2025**

(NESTE ANEXO A EMPRESA DEVERÁ COLOCAR SOMENTE OS ITENS PARA OS
QUAIS IRÁ CREDENCIAR OS SERVIÇOS), POIS A QUANTIDADE TOTAL DO
CREDENCIAMENTO SERÁ DIVIDA PARA TODOS OS PRESTADORES
CONTRATADOS.

ITE M	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE TOTAL DO CREDENCIAME NTO	VALOR UNITÁRIO
1.					
2.					
3.					

Lagoa Formosa, (**) de (*****) de 2025.

Assinatura do Licitante



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



ANEXO III

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

(Em papel timbrado da empresa ou identificação do interessado no credenciamento)

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP

Ref.: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO nº. 016/2025 – PROCESSO nº. 052/2025

Objeto: Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de gêneros alimentícios (pães, salgados, lanche, sobremesas e outros diversos) para realização de assembleias, oficinas, solenidades, workshop, reuniões, capacitações e demais eventos promovidos pelo CISALP. Vale ressaltar que não há garantia de consumo mínimo, sendo o pagamento realizado por contratação individualizada de produção (item), conforme detalhamento na tabela abaixo, estabelecida de acordo com as condições e exigências delineadas neste instrumento.

Prezados senhores,

Em cumprimento aos ditames editalícios, solicitamos o nosso credenciamento ao processo administrativo nº. 032/2025, Inexigibilidade por Credenciamento nº. 011/2025, e utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo relacionados, necessários ao credenciamento para prestação dos serviços:

1. Ato Constitutivo;
2. Cartão do CNPJ;
3. Documentos Pessoais Sócios;
4. Certidão do FGTS;
5. CNDT;
6. CND Federal;
7. CND Estadual;
8. CND Municipal;
9. Certidão Negativa de Falência ou Concordata;
10. Declarações do edital;





Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paraiba

CISALP

de ♥ pra você



11. INSERIR OUTROS DOCUMENTOS, CASO OS TENHA.

Na oportunidade, credenciamos junto ao CISALP o (a) Sr. (a) _____, carteira de identidade nº. _____, órgão expedidor _____, CPF nº. _____, telefone nº. _____, endereço eletrônico _____, ao qual outorgamos os mais amplos poderes, inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no processo de credenciamento. (opcional)

Atenciosamente,

Nome do representante legal

Cargo





ANEXO IV

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 Categoria do objeto Prestação de Serviços.

1.2 Processo Administrativo: Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de gêneros alimentícios (pães, salgados, lanche, sobremesas e outros diversos) para realização de assembleias, oficinas, solenidades, workshop, reuniões, capacitações e demais eventos promovidos pelo CISALP.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DO SERVIÇO:

2.1 O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, em face a necessidade de Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de gêneros alimentícios para atender a demanda do CISALP, no fornecimento de gêneros alimentícios de panificação em geral, sobremesas e outros itens diversos para proporcionar cafés, lanches em assembleias, reuniões, cursos, capacitações, workshops e eventos promovidos pelo CISALP.

Tendo em vista que, o CISALP, realiza ao longo do ano diversos eventos esporádicos que contam com a participação de prefeitos, gestores, parceiros, colaboradores e demais autoridades da sociedade civil, se faz necessária esta contratação com finalidade de suprir a demanda e proporcionar receptividade, bem-estar e satisfação aos participantes do evento.

A contratação de empresa especializada, com experiência comprovada no fornecimento de gêneros alimentícios de panificação e outros específicos do objeto ora almejado, é essencial para garantir a qualidade dos produtos, agilidade no atendimento e eficiência no cumprimento das exigências administrativas e legais do CISALP.

Não obstante, seu caráter eventual denotam a necessidade de disponibilidade de produtos alimentícios em condições apropriadas para consumo a fim de suprir a exigência do momento, onde a excelência na prestação desse serviço é indispensável para atendimento aos eventos em geral, tanto os realizados internamente como os externamente.

O CISALP é composto, até o presente momento, por 49 (quarenta e nove) entes consorciados com grandes possibilidades de aumento da área de atuação, tendo como finalidade, enquanto parte integrante da administração indireta dos entes consorciados, prestar serviços e desenvolver ações



conjuntas que visem o interesse coletivo e benefícios públicos, atendendo aos vazios assistenciais e as demandas apresentados pelos gestores e setores dos entes consorciados.

Nesse mesmo sentido, constitui finalidade precípua do CISALP, respeitados os limites constitucionais e legais, desenvolver ações e serviços na área de saúde pública de forma regional, ou com ela relacionados ou derivados, obedecendo, assim, aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS e demais preceitos pertinentes.

Diante do exposto, surge a necessidade de contratação da presente prestação de serviços para aquisição e fornecimento de gêneros alimentícios, para que possamos desenvolver ações em outras localidades e promover a realização de assembleias e demais eventos itinerantes, atendendo sempre a demanda apresentada e adequando e continuarmos em busca da excelência e da melhoria contínua sempre.

2.2. Fundamenta-se legalmente a contratação no art. 79, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
DIRETORA COMERCIAL	LUDIMILA MAGALHÃES DE LIMA

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os produtos serão fornecidos por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Termo de Referência (TR). Entendemos, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades do CISALP no que tange às exigências.

Trata-se de serviço comum de fornecimento de produtos alimentícios a serem contratados mediante licitação, na modalidade Credenciamento.

4.2. A pretendida contratação se faz necessária para fornecimento de gêneros alimentícios em geral, como pães, salgados, quitandas, lanches, sobremesas e outros itens, para proporcionar aos participantes durante a realização de eventos com caráter institucional, tais como assembleias, reuniões, cursos, capacitações, workshops e demais eventos promovidos pelo CISALP. A Contratada deverá disponibilizar todos os recursos materiais e humanos necessários para o pleno atendimento do objeto da contratação.



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



4.3. A Contratada deverá observar rigorosamente os critérios de higiene, segurança alimentar e boas práticas de preparo dos alimentos observando os critérios de sustentabilidade, com o uso de embalagens recicláveis e a adoção de processos que minimizem o impacto ambiental, além do uso de equipamentos individuais de higiene e segurança como uniformes, toucas, luvas, aventais, máscaras, etc.

4.4. A contratada será responsável pela substituição imediata de itens que apresentarem qualquer tipo de produto em condições impróprias para consumo que interfira no sabor e na qualidade dos mesmos.

4.5. A contratada deverá apresentar opções de cardápio de panificação para substituição de itens em caso de eventualidade do não fornecimento de algum produto solicitado, sendo de responsabilidade da mesma, comunicar antecipadamente a contratante quanto ao imprevisto.

4.6. As solicitações para aquisição dos produtos serão baseadas de acordo com a demanda do CISALP, podendo variar o quantitativo de acordo com o número de participantes e tipo de produtos que serão servidos conforme porte do evento e horário.

4.7. A quantidade de participantes será informada pela contratante com antecedência junto ao envio da ordem de serviço a contratada.

4.8. Todos os produtos deverão ser entregues em horários e locais determinados pela Contratante, respeitando os prazos acordados e garantindo a entrega correta conforme informados na ordem de serviço.

4.9. A contratada deverá manter a pontualidade na entrega dos produtos.

4.10. A empresa contratada deverá fornecer os gêneros alimentícios no tamanho mínimo discriminado no Edital, bem como cumprir com a oferta de produtos conforme descrito em ordem de serviço/requisição.

4.11. Todos os produtos ofertados devem conter etiquetas contendo a data de fabricação e validade, ainda que sejam produzidos pela própria contratada.

4.12. Os produtos deverão ser produzidos no dia da entrega e estar em boas condições de consumo garantindo os padrões de frescor, validade e segurança alimentar exigidos pela legislação, livres de odores estranhos e de contaminantes químicos, físicos e biológicos.

4.13. A limpeza e higienização de todo o material utilizado para fabricação, embalagem e entregas serão de responsabilidade da contratada.



4.14. Todos os serviços, materiais, matérias primas, equipamentos, embalagens e mão de obra necessária para a execução dos serviços deverão estar incluídos na proposta apresentada, incluindo impostos e outros custos diretos e indiretos da empresa.

4.15. Todos os custos relativos ao transporte, armazenamento e entrega dos itens contratados serão de responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para o CISALP.

4.16. A Contratada deve apresentar os seguintes requisitos para a prestação do serviço:

4.16.1. Ser especializada e possuir capacidade técnica adequada para o serviço proposto.

4.16.2. Ser eficiente e realizar o serviço com celeridade, respeitando as normas técnicas atinentes a prestação do serviço, garantindo qualidade e segurança.

4.16.3. Ser responsável por qualquer dano que a prestação de serviços possa causar, estando disponível para sanar dúvidas e possíveis inconsistências.

4.16.4. Observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução do serviço.

4.16.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.16.6. Diante da impossibilidade de cumprir com o compromisso, a contratada deverá comunicar o contratante com até no mínimo 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data do evento.

4.16.7. Comunicar a contratante qualquer eventualidade que acarrete prejuízo ou falhas na execução do contrato.

4.16.8. Os serviços deverão ser realizados, conforme necessidade e demanda do Contratante.

4.16.9. Em regra, os serviços alimentícios devem ser prestados obedecendo as normas de vigilância sanitária disposto nos artigos 1º a 6º, Resolução 216/2004 da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que regula as técnicas de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

4.17. Trata-se da prestação de serviços de modo que atenda às necessidades e as condições orçamentárias do CISALP.

4.18. Para a referida prestação de serviços, a empresa deverá estar devidamente credenciada ao CISALP.

4.19. A solicitação dos itens deverá ser enviada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.



4.20. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo.

4.21. O Contratado deverá estar regular com todas as obrigações fiscais e sanitárias.

4.22. Deverá possuir alvará sanitário atualizado comprovando sua aptidão para operar no setor de alimentos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO: Do levantamento realizado no mercado constatou-se que o presente objeto, na modalidade de credenciamento, constitui usual e bem sedimentada por órgãos públicos de toda extensão territorial nacional.

Dada a recorrência de certames identificada, inclusive já realizada inúmeras vezes por este órgão, entende-se por alta a probabilidade de ampla procura para executar a prestação de serviços de forma paralela e não excludente, pois é o mais vantajoso e viável para esta Administração Pública, tendo em vista se tratar de contratações simultâneas em condições padronizadas. Diante da pesquisa de mercado apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados dos produtos que serão ofertados na contratação.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Diante da especificidade do objeto, objetivando complementar a pesquisa de preços, a área de Licitações, Compras e Contratos formalizará junto a empresas do ramo a cotação de valores para subsidiar o comparativo de valores ofertados.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: Os consórcios públicos enquanto solução organizacional atua suprimindo as necessidades de coordenação e integração entre os entes federativos. Os benefícios dos consórcios são o ganho de escala na prestação de serviços, a racionalidade de processos e de despesas. A regionalização vem como uma estratégia de hierarquização que orienta a descentralização as ações e serviços, proporcionando a opção de oferta de serviços em volumetria o que tendem a reduzir-se os preços / custos sendo uma ferramenta de grande valia para Administração Pública.

Esta abordagem não apenas se revela como uma ferramenta valiosa para a Administração Pública, mas também assegura a que tenhamos um serviço e uma solução mais eficaz ao tempo necessário para manutenção e continuidade dos serviços finalitários deste Consórcio.



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



O credenciamento, conforme estabelecido no artigo 79, II, da Lei 14.133/21, apresenta-se como uma solução consolidada para a prestação de serviços em aquisição de gêneros alimentícios em geral. A modalidade permite a busca por prestadores que atendam às condições do Edital, expandindo a oferta de serviços de maneira a atender em todo o território de atuação do CISALP, facilitando assim, o fornecimento de produtos para os mais diversos eventos realizados em outras mesorregiões, atendendo ainda às diversas políticas estaduais estruturadas em outras cidades e as assembleias itinerantes promovidas do CISALP.

No caso do CISALP, atualmente composto por 49 (quarenta e nove) Entes Consorciados, com perspectiva de aumento de novos consorciados, o credenciamento se mostra essencial para atender a uma demanda grande e diversificada geograficamente, na prestação de serviços e promoção de ações em localidades mais próximas das cidades de realização dos eventos.

Concluimos assim, que a solução que se mostrou mais vantajosa, técnica e econômica será a realização de procedimento licitatório através de Chamamento Público (Credenciamento), objetivando promover o credenciamento, de empresas especializadas no fornecimento de gêneros alimentícios em geral em atendimento a demanda do Consórcio Intermunicipal de Saúde Do Alto Paranaíba – CISALP.

Estes serviços são de caráter continuado, podendo a contratação se estender por mais de um exercício financeiro. Deste modo, o objeto será prestado a partir da assinatura do contrato, podendo haver prorrogação do contrato conforme a previsão dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.1. A forma do fornecimento, os custos e o modo de pagamento, responsabilidades e condições gerais, seguem especificadas a seguir:

6.2. Dos Serviços: Os fornecimentos dos produtos serão realizados conforme descritivos discriminados em tabela constante no item 1.3.

6.3. Da forma de execução: A execução do serviço será realizada conforme requisição e demanda apresentada pelo CISALP conforme eventos promovidos no decorrer do ano

6.4. Do horário e da data de atendimento: A empresa contratada deverá manter um canal de comunicação direto e eficiente para atendimento das solicitações e resolução de eventuais problemas na prestação de serviços, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas com a Contratante, exceto para casos específicos que deverão serem resolvidos imediatamente.





6.5. Todos os produtos deverão ser entregues em horários e locais determinados pelo CISALP, respeitando os prazos acordados e garantindo a pontualidade.

6.6. A contratada deverá atender às demandas de caráter emergencial ou eventual, sem prejuízo às entregas regulares previstas no contrato.

7. EQUIPE DE PLANEJAMENTO, DE APOIO À LICITAÇÃO E FISCAL/GESTOR DO CONTRATO: A equipe de Planejamento da Contratação e Fiscalização é o conjunto de servidores, que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação e Fiscalização, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros." Os integrantes da equipe de Planejamento da Contratação devem ter ciência expressa da indicação das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.

7.1. A equipe de apoio tem a função de auxiliar o agente de contratação na condução do procedimento licitatório, cabendo a ela, auxiliá-lo em todas as fases do processo licitatório, conforme discriminado na Portaria nº 16 de 2024 do CISALP.

8. METODOLOGIA UTILIZADA NA ESTIMATIVA DO VALOR E, SE NECESSÁRIO, JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DA PESQUISA NO PORTAL PAINEL DE PREÇOS: Na ocasião da realização de Processos Licitatórios para o atendimento do objeto deste documento de formalização da demanda, o CONSÓRCIO realizou pesquisa de mercado para obter valores adequados à realidade da região, sendo considerado o menor valor, conforme estabelecido no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E DO VALOR A SEREM CONTRATADAS:
Valor: R\$356.747,00 (trezentos e cinquenta e seis mil,

9.1. Por se tratar de contratações já realizadas anteriormente para esta prestação de serviços o consórcio dispõe de dados para embasamento do quantitativo através da quantidade de produtos já adquiridos ao longo dos anos passados, os quais servirão de base para planejamento deste processo.

Almeja-se que a presente contratação seja realizada para o fornecimento dos itens supracitados, os quais serão solicitados de acordo com a demanda apresentada em ordem de fornecimento, considerando sempre, o quantitativo de participantes confirmados para tal evento programado.

Os parâmetros utilizados para quantidades foram estimados observando o número médio de participantes presentes em assembleias realizadas anteriormente, sendo uma média de 120 (cento



e vinte) pessoas e considerando a realização de 15 (quinze) eventos por ano, sendo média de 5 (cinco) assembleias dentre ordinárias e extraordinárias, 5 (cinco) eventos esporádicos (reuniões, cursos, capacitações, workshops, entre outros) e 5 (cinco) ações específicas dentre oficinas, plenárias, capacitações e outros para atendimento as Políticas de Saúde.

9.2. Considera-se integrado ao valor total do item, todos os encargos tributários e trabalhistas, despesas (para serviços de terceiros) e demais agregadas a prestação dos serviços.

9.3. Seguem quantitativos para o período:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PANIFICAÇÃO						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	11029	SALGADOS VARIADOS MINI / COQUETEL. Sabores: Quibe, coxinha, bolinha de queijo, bolinha de carne, pastelzinho frito (queijo e presunto, carne, queijo), pastelzinho de massa cozida (queijo e presunto, carne, frango), quiche, rissoles (de carne, queijo, presunto, frango, creme de milho) croissant (de frango, presunto e queijo, abacaxi com bacon, goiabada, chocolate e outros), empada de frango, torta salgada e esfirra; Com tamanho mínimo de 6 cm cada. Feitos no dia e entregues devidamente assados e/ou fritos. Escolha dos	Unidade	7.000	R\$1,30	R\$9.100,00



		salgados e sabores a definir no momento da requisição. Feito no dia da entrega.				
02	11030	Mini hambúrguer com alface, tomate e muçarela; Feito no dia da entrega.	Unidade	1.000	R\$4,86	R\$4.860,00
03	11031	Mini sanduiche natural recheado (patê de frango, alface, tomate, presunto e muçarela); Feito no dia da entrega.	Unidade	3.000	R\$3,00	R\$9.000,00
04	11032	TORTA SALGADA: Sabores Recheio: Carne Moída ou Frango, milho, palmito, tomate, presunto e muçarela (com pedaços individuais de no mínimo 150 grs); Feito no dia da entrega.	Unidade	1.000	R\$8,00	R\$8.000,00
05	11033	PUDIM DE LEITE CONDENSADO (GRANDE) com calda, devidamente embalado. Embalagem transparente, com tampa. Validade de até 5 dias.	Unidade	30	R\$18,00	R\$540,00
06	8456	PUDIM DE LEITE CONDENSADO (MINI) com calda, devidamente embalado. Embalagem de no mínimo 80 ml,	Unidade	500	R\$3,00	R\$1.500,00



		transparente, com tampa e selo de alumínio. Validade até 5 dias.				
07	6957	QUITANDAS - Variedades diversas: Pão de queijo mini, rosquinhas mini, broinha de doce ou sal temperada mini, biscoitos de queijo mini, bolachinhas, biscoito de polvilho (crocante, feito à base de polvilho doce e/ou azedo); Com tamanho mínimo de 6 cm cada. Feitos no dia da entrega devidamente assados e embalados. Escolha das quitandas a definir no momento da requisição.	Quilograma	5.000	R\$35,00	R\$175.000,00
08	5930	PÃO FRANCÊS – Pesando aproximadamente 50 gramas (cada)	Quilograma	5.000	R\$14,58	R\$72.900,00
09	11034	MINI PÃO FRANCÊS – Pesando aproximadamente 30 gramas (cada)	Quilograma	3.000	R\$16,20	R\$48.600,00
10	6958	<u>BOLOS SIMPLES (RODA):</u> fubá cremoso, milharina, mesclado, caçarola, cenoura, limão, formigueiro, coco, laranja, milho e	Unidade	150	R\$15,00	R\$2.250,00



		outros. Feito no dia da entrega.				
11	<u>11035</u>	<u>BOLOS COM COBERTURA (RODA):</u> cenoura, chocolate, laranja, limão, brigadeiro, coco, formigueiro e outros. Feito no dia da entrega.	Unidade	150	R\$18,00	R\$2.700,00
12	<u>11036</u>	<u>TORTA HOLANDESA – (RODA):</u> Sabores a definir na requisição	Unidade	30	R\$55,00	R\$1.797,00
13	<u>11037</u>	<u>DOCE DE QUEIJO/AMEIXA DE QUEIJO – MINI.</u> Com tamanho mínimo de 7 cm.	Unidade	1.000	R\$6,00	R\$6.000,00
14	<u>11038</u>	<u>MINI BOLO NO POTE:</u> Bolo no Pote – Diversos sabores (Abacaxi, Abacaxi com Leite Ninho, Frutas com Doce de Leite, Doce de Leite, Morango com Leite Ninho, Prestígio, Prestígio com morango, Nutella, Nutella com Leite Ninho, Nutella com Morangos, Brigadeiro, Brigadeiro com Morango e outros), devidamente embalado. Embalagem de no mínimo 180 ml, transparente, com	Unidade	1.000	R\$8,50	R\$8.500,00



		tampa. Validade até 5 dias.				
15	11039	MINI MOUSE NO POTE - devidamente embalado. Embalagem de no mínimo 80 ml, transparente, com tampa e selo de alumínio. Validade até 5 dias. Sabores diversos a definir na requisição.	Unidade	500	R\$4,50	R\$2.250,00
16	11040	REFRESCO (JAJÁ/DINDIM) GOURMET - de diversos sabores sem adição de conservantes. Tamanho mínimo de 6 x 20 cm aproximadamente. Devidamente embalado e rotulado.	Unidade	500	R\$3,00	R\$1.500,00
17	11041	PICOLÉ DE FRUTA - A base de água, congelado, no palito de madeira, embalados individualmente, pesando no mínimo 60 gramas (cada). Embalagem lacrada, contendo identificação do produto na embalagem: lote, data de fabricação e prazo de validade, conforme legislação vigente. Sabores: variados (uva, limão, abacaxi,	Unidade	300	R\$2,50	R\$750,00



		morango, goiaba, tamarindo, goiaba, etc).				
18	11042	PICOLÉ AO LEITE - Cremoso com base de leite integral, congelado, no palito de madeira, embalados individualmente, pesando no mínimo 60 gramas (cada). Embalagem lacrada, contendo identificação do produto na embalagem: lote, data de fabricação e prazo de validade, conforme legislação vigente. Sabores: variados (leite condensado, coalhada, coco queimado, coco branco, milho verde, chocolate, etc).	Unidade	500	R\$3,00	R\$1.500,00

9.4. Portanto, as informações de cálculo e os documentos que dão suporte e que integram a estimativa do valor da presente contratação seguirão em anexo a esse ETP em conjunto com a formalização de pesquisa de mercado.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

10.1. A equipe de planejamento decidiu parcelar a solução, optando por aplicação de itens conforme demanda apresentada pelo consórcio, eis que mostra tecnicamente e economicamente viável a divisão da solução a ser contratada, abrindo vistas a vários prestadores aptos a credenciarem ao item aplicável a sua área de atuação.

10.2. Desse modo, a solução parcelada para o CISALP tem a aplicabilidade mais eficiente, visto que o fornecimento parcelado dos produtos é satisfatório do ponto de vista de economicidade, planejamento, eficiência e qualidade dos produtos para execução dos eventos e demandas que se



complementam. O parcelamento do serviço é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica uma vez que, mantém a qualidade dos serviços, a facilidade do acesso e o controle para não gerar desperdício. Esta contratação depende das demandas do CISALP, podendo ser flutuante, além de ampliar o mercado para o objeto a ser licitado, tendo como finalidade buscar economia de escala e maior número de prestadores com capacidade técnica em diversas regiões de atuação do CISALP, além da viabilidade de reduzir custo médio do escopo da diluição dos custos fixos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES: Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, uma vez que os produtos adquiridos serão entregues prontos para consumo.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

12.1. A presente contratação vai de encontro ao que o CISALP vem planejando para o cumprimento da prestação de seus serviços conforme demandas apresentadas, visto ser um fornecimento de produtos essenciais durante a promoção de solenidades e eventos de atuação do CISALP. O consórcio enquanto parte da administração indireta dos municípios, promove meios, através dos instrumentos legais como assembleias, capacitações e outros eventos esporádicos para discussão de assuntos relevantes, prestação de contas, alinhamento de demandas, treinamentos, oficinas e apresentação geral dos serviços prestados pela instituição. O café da manhã/tarde geralmente é ofertado aos participantes, como forma de receptividade de boas-vindas e oferecer conforto e bem-estar, visto que, muitos gestores, colaboradores e autoridades se deslocam de longas distâncias para participarem conforme convocados.

12.2. Tal previsão está contemplada no plano de Trabalho do CISALP, considerando que esse documento foi preparado pela equipe técnica do consórcio visando a sua implantação a ocorrer posteriormente.

13. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO: O credenciamento é sistema por meio do qual a Administração Pública convoca todos os interessados em prestar serviços ou fornecer produtos, para que preenchendo os requisitos necessários, credenciem-se junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados, permitindo que mais de uma empresa se habilite para prestar os serviços. Assim, com a possibilidade de mais empresas prestadoras dos serviços, com oferta de produtos frescos e em tempo hábil, proporcionando a facilidade ao acesso mais próximo do evento.



14. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA CONTRATAÇÃO: Atendimento às necessidades do CISALP, não apresentando conflitos com os objetivos organizacionais relacionados à gestão das aquisições e contratações.

15. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO: Com esta contratação, almeja-se alcançar a redução nos custos do serviço, ante a possibilidade de contratar empresas que ofereçam produtos de qualidade mais próximo das cidades onde serão realizados eventos, solenidades, treinamentos e demais eventos do CISALP.

Considerando, que os serviços a serem contratados apresentam maior custo – benefício, além de resguardar a economicidade e ao mesmo tempo, proporciona o acesso facilitado ao fornecimento de produtos de gêneros alimentícios em outras localidades, haja vista que atualmente o CISALP possui este serviço somente na cidade de Patos de Minas o que dificulta o transporte para outras regiões e acarreta a possibilidade de servir produtos de má qualidade e em condições impróprias para o consumo durante os eventos.

A contratação prevista neste estudo técnico tem como propósito fundamental impulsionar a efetividade das ações desenvolvidas pelo consórcio e garantir através de ações como assembleias, reuniões, cursos, capacitações, workshops e outros, esse vínculo entre consórcio, entes consorciados, prefeitos e demais autoridades proporcionando assim uma base sólida para a tomada de decisões, visando resultados mais satisfatórios, diante de desafios relacionados a atuação mais proativa e abrangente dos municípios junto ao CISALP. Espera-se que esta contratação impulse a realização de ações externas do consórcio e simultaneamente uma abordagem mais assertiva, consequentemente a obtenção de resultados satisfatórios para administração pública.

16. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS: Para a execução do contrato, a CONTRATADA deverá dispor de todos os materiais, matéria prima e recursos humanos necessários para que o serviço seja realizado de forma adequada.

17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

17.1. Os impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas e podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.



17.2. A presente contratação em ambientes de preparo de alimentos, podem ser observados os seguintes danos e impactos ambientais: Geração de resíduos orgânicos (restos de alimentos), óleos vegetais e materiais recicláveis (plásticos, papéis, vidros de embalagens e etc), alguns são positivos e podem ser transformados em recursos biodegradáveis ao meio ambiente. Para amenizar tais impactos, o CISALP promoverá junto a contratante a conscientização do uso de recursos não renováveis, a conscientização quanto a manipulação adequada de produtos e resíduos que possam gerar danos ao meio ambiente e a forma correta de descarte dos resíduos gerados para a execução do objeto.

17.3. A Contratada, deverá adotar, no que couber, as disposições Resolução RDC nº. 330, de 20 de dezembro de 2019, bem como quaisquer outras instruções vigentes no ordenamento jurídico (INMETRO, ANVISA, etc.), para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

17.4. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

17.5. Desta forma, os itens ofertados devem ser produzidos com produtos adequados e de boa qualidade por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

17.6. Neste sentido, os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

17.7. Cabe ressaltar, que a Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBR), publicadas pelas ABNT no que tange ao presente objeto de contratação.

17.8. Por fim, os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.



18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Tramitação virtual – toda a logística processual e de tratativas com os contratados deverão ocorrer, preferencialmente por meio eletrônico. Orientamos aos contratados que:

- a. observe todas as normas expedidas pela ANVISA bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distritais e municipais.
- b. mantenha critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e fornecimento dos mesmos que apresentem redução de consumo e menor impacto ambiental.
- c. colabore de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Recicláveis utilizando os recipientes adequados para cada material.
- d. mantenha critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

19. ANÁLISE DE RISCOS: Riscos: fase de planejamento

RISCO 1		Deficiência na definição da demanda
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Super dimensionamento ou sub dimensionamento da demanda
Ação preventiva		Responsável
Qualificação da equipe de planejamento; conhecimento do escopo.		Equipe de planejamento da contratação
Ação de contingência		Responsável
Restabelecimento da demanda		Equipe de planejamento da contratação
RISCO 2		Não aprovação do Estudo Técnico Preliminar ou do Termo de Referência
Probabilidade	Baixa	Dano potencial
		Atraso no processo de contratação e, consequentemente, atraso no início da prestação do serviço.



Ação preventiva	Responsável
Instruir o ETP e o TR em estrita aderência as disposições dos normativos aplicados a contratação.	Equipe de planejamento da contratação
Ação de contingência	Responsável
Exposição do arcabouço legal em que a contratação de serviços de limpeza deva seguir.	Equipe de planejamento da contratação

19.1. Riscos: fase da licitação

RISCO 3		Deficiências do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros.
Probabilidade	Baixa	Dano potencial
		Encerramento da licitação.
Ação preventiva		Responsável
Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação (acórdãos TCU); estabelecer rotinas de revisão.		Equipe de licitação.
Ação de contingência		Responsável
Suspensão da licitação.		Equipe de licitação

19.2. Riscos: gestão do contrato

RISCO 4		Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato.
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Deficiência na prestação dos serviços. Prejuízos financeiros a administração.
Ação preventiva		Responsável



Capacitação de servidores; conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.		Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.
Ação de contingência		Responsável
Sanções administrativas. Responsabilização da gestão e fiscalização contratual.		Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.
RISCO 5		Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.
Probabilidade	Alta	Dano potencial
		Responsabilização subsidiária da Administração.
Ação preventiva		Responsável
Capacitação de servidores. Previsão expressa no termo de contrato. Conhecimento dos termos contratuais. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.		Equipe técnico e administrativo, gestor do contrato.
Ação de contingência		Responsável
Conferência rotineira do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciária e com FGTS da contratada		Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.

20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE: A equipe de planejamento declara viável a contratação.

21. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE: Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, bem como em outros processos licitatórios executados pelo CISALP utilizando dos mesmos critérios de planejamento, e considerando o fornecimento de acordo com as reais necessidades do CISALP.



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paraíba

CISALP

de ♥ pra você



22. RESULTADOS PRETENDIDOS: Pretende-se com a formação do credenciamento, obter um mecanismo ágil e seguro para realização de contratações, sem comprometimento da execução orçamentária.

Lagoa Formosa, 1 de agosto de 2025.

Ludimila Magalhães de Lima
DIRETORA COMERCIAL
SETOR REQUISITANTE



ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO:

1.1. Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de gêneros alimentícios (pães, salgados, lanche, sobremesas e outros itens diversos) para assembleias, reuniões, cursos, capacitações, workshops e eventos promovidos pelo CISALP, sem garantia de consumo mínimo e com pagamento por contratação individualizada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objetivo é promover contratações simultâneas em condições padronizadas através da convocação de interessados em prestar serviços para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem para executar o objeto, quando convocados.

1.3. Será contemplado com a aquisição dos produtos presentes neste instrumento o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP durante o período de vigência do Termo de Contrato.

1.4. Segue detalhamento dos produtos a serem contratados:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PANIFICAÇÃO						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	11029	SALGADOS VARIADOS MINI / COQUETEL. Sabores: Quibe, coxinha, bolinha de queijo, bolinha de carne, pastelzinho frito (queijo e presunto, carne, queijo), pastelzinho de massa cozida (queijo e presunto, carne, frango), quiche, rissoles (de carne, queijo, presunto, frango, creme de milho) croissant (de frango,	Unidade	7.000	R\$1,30	R\$9.100,00



		presunto e queijo, abacaxi com bacon, goiabada, chocolate e outros), empada de frango, torta salgada e esfirra; Com tamanho mínimo de 6 cm cada. Feitos no dia e entregues devidamente assados e/ou fritos. Escolha dos salgados e sabores a definir no momento da requisição. Feito no dia da entrega.				
02	11030	Mini hambúrguer com alface, tomate e muçarela; Feito no dia da entrega.	Unidade	1.000	R\$4,86	R\$4.860,00
03	11031	Mini sanduíche natural recheado (patê de frango, alface, tomate, presunto e muçarela); Feito no dia da entrega.	Unidade	3.000	R\$3,00	R\$9.000,00
04	11032	TORTA SALGADA: Sabores Recheio: Carne Moída ou Frango, milho, palmito, tomate, presunto e muçarela (com pedaços individuais de no mínimo 150 grs); Feito no dia da entrega.	Unidade	1.000	R\$8,00	R\$8.000,00
05	11033	PUDIM DE LEITE CONDENSADO (GRANDE) com calda, devidamente embalado. Embalagem transparente, com tampa. Validade de até 5 dias.	Unidade	30	R\$18,00	R\$540,00



06	8456	PUDIM DE LEITE CONDENSADO (MINI) com calda, devidamente embalado. Embalagem de no mínimo 80 ml, transparente, com tampa e selo de alumínio. Validade até 5 dias.	Unidade	500	R\$3,00	R\$1.500,00
07	6957	QUITANDAS - Variedades diversas: Pão de queijo mini, rosquinhas mini, broinha de doce ou sal temperada mini, biscoitos de queijo mini, bolachinhas, biscoito de polvilho (crocante, feito à base de polvilho doce e/ou azedo); Com tamanho mínimo de 6 cm cada. Feitos no dia da entrega devidamente assados e embalados. Escolha das quitandas a definir no momento da requisição.	Quilograma	5.000	R\$35,00	R\$175.000,00
08	5930	PÃO FRANCÊS – Pesando aproximadamente 50 gramas (cada)	Quilograma	5.000	R\$14,58	R\$72.900,00
09	11034	MINI PÃO FRANCÊS – Pesando aproximadamente 30 gramas (cada)	Quilograma	3.000	R\$16,20	R\$48.600,00
10	6958	<u>BOLOS SIMPLES (RODA):</u> fubá cremoso, milhoarina, mesclado, caçarola, cenoura, limão, formigueiro, coco,	Unidade	150	R\$15,00	R\$2.250,00



		laranja, milho e outros. Feito no dia da entrega.				
11	<u>11035</u>	<u>BOLOS COM COBERTURA (RODA):</u> cenoura, chocolate, laranja, limão, brigadeiro, coco, formigueiro e outros. Feito no dia da entrega.	Unidade	150	R\$18,00	R\$2.700,00
12	<u>11036</u>	<u>TORTA HOLANDESA – (RODA):</u> Sabores a definir na requisição	Unidade	30	R\$55,00	R\$1.797,00
13	<u>11037</u>	<u>DOCE DE QUEIJO/AMEIXA DE QUEIJO – MINI.</u> Com tamanho mínimo de 7 cm.	Unidade	1.000	R\$6,00	R\$6.000,00
14	<u>11038</u>	<u>MINI BOLO NO POTE:</u> Bolo no Pote – Diversos sabores (Abacaxi, Abacaxi com Leite Ninho, Frutas com Doce de Leite, Doce de Leite, Morango com Leite Ninho, Prestígio, Prestígio com morango, Nutella, Nutella com Leite Ninho, Nutella com Morangos, Brigadeiro, Brigadeiro com Morango e outros), devidamente embalado. Embalagem de no mínimo 180 ml, transparente, com tampa. Validade até 5 dias.	Unidade	1.000	R\$8,50	R\$8.500,00
15	<u>11039</u>	<u>MINI MOUSE NO POTE</u> - devidamente	Unidade	500	R\$4,50	R\$2.250,00



		embalado. Embalagem de no mínimo 80 ml, transparente, com tampa e selo de alumínio. Validade até 5 dias. Sabores diversos a definir na requisição.				
16	11040	REFRESCO (JAJÁ/DINDIM) GOURMET - de diversos sabores sem adição de conservantes. Tamanho mínimo de 6 x 20 cm aproximadamente. Devidamente embalado e rotulado.	Unidade	500	R\$3,00	R\$1.500,00
17	11041	PICOLÉ DE FRUTA - A base de água, congelado, no palito de madeira, embalados individualmente, pesando no mínimo 60 gramas (cada). Embalagem lacrada, contendo identificação do produto na embalagem: lote, data de fabricação e prazo de validade, conforme legislação vigente. Sabores: variados (uva, limão, abacaxi, morango, goiaba, tamarindo, goiaba, etc).	Unidade	300	R\$2,50	R\$750,00
18	11042	PICOLÉ AO LEITE - Cremoso com base de leite integral, congelado, no palito de madeira, embalados individualmente,	Unidade	500	R\$3,00	R\$1.500,00



		pesando no mínimo 60 gramas (cada). Embalagem lacrada, contendo identificação do produto na embalagem: lote, data de fabricação e prazo de validade, conforme legislação vigente. Sabores: variados (leite condensado, coalhada, coco queimado, coco branco, milho verde, chocolate, etc).				
--	--	--	--	--	--	--

1.5. A validade do Contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.6. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à sua formalização, validade e demais condições.

1.7. A maior vantagem apresenta-se pela possibilidade de mais empresas prestadoras dos serviços se credenciarem, facilitando a prestação de serviços e oferecendo mais agilidade na solicitação de produtos, além de aumentar a oferta por produtos frescos, de qualidade e com menor custo benefício gerando economicidade para a administração.

1.8. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 5.401/2023.

1.9. Por se tratar de fornecimento de produtos, o objeto deste termo não possui marca nem padronização.

1.10. O Contratante não se obriga a contratar todos os itens, mas sim, a quantidade necessária para atender a demanda do CISALP.

1.11. Os produtos ora contratados estão referidos e serão solicitados conforme demandas e planejamento do consórcio, compatibilizando-se com a agenda de eventos programados.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. Os consórcios públicos enquanto solução organizacional atua suprimindo as necessidades de coordenação e integração entre os entes federativos. Os benefícios dos consórcios são o ganho de escala na prestação de serviços, a racionalidade de processos e de despesas. A regionalização vem como uma estratégia de hierarquização que orienta a descentralização as ações e serviços, proporcionando a opção de oferta de serviços com fornecimento de produtos em volumetria o que tendem a reduzir-se os preços / custos sendo uma ferramenta de grande valia para Administração Pública.

3.2. A forma do fornecimento, os custos e o modo de pagamento, responsabilidades e condições gerais, seguem especificadas a seguir.

3.2.1. Dos Serviços: Os fornecimentos dos produtos serão realizados conforme descritivos discriminados em tabela constante no item 1.3.

3.2.2. Da forma de execução: Os fornecimentos dos produtos serão realizados conforme demanda apresentada pelo CISALP de acordo com a agenda de eventos e a logística, considerando a área de abrangência. Será escolhido o fornecedor que fornecer o produto mais próximo ao local de realização do evento.

3.2.3. Do horário e da data de atendimento: A empresa contratada deverá manter um canal de comunicação direto e eficiente para atendimento das solicitações e resolução de eventuais problemas no fornecimento dos itens, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, exceto para os casos que deverão ser resolvidos imediatamente.

3.2.4. Todos os produtos deverão ser entregues em horários e locais determinados pelo CISALP, respeitando os prazos acordados e garantindo a pontualidade.

3.2.5. A contratada deverá atender às demandas de caráter emergencial ou eventual, sem prejuízo às entregas regulares previstas no contrato.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Competirá ao Contratante:

4.1.1. Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.





- 4.1.2.** Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato.
- 4.1.3.** Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado.
- 4.1.4.** Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços e fornecimento do objeto contratado.
- 4.1.5.** Efetuar os pagamentos pelos produtos fornecidos, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.
- 4.1.6.** Realizar a conferência e monitoramento dos serviços realizados.
- 4.1.7.** Vistoriar periodicamente as instalações do prestador contratado a fim de verificar se as condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do Contrato continuam as mesmas.
- 4.1.8.** Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços contratados.
- 4.1.9.** Aplicar as sanções e penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei 14.133/2021.
- 4.1.10.** Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do CISALP, no prazo estabelecido na lei.
- 4.1.10.** Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso Público ao Relatório de Gestão Fiscal.
- 4.1.11.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.
- 4.1.12.** Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação, sendo o gestor deste contrato.
- 4.1.13.** É vedada a cobrança de valores, direta ou indiretamente, assim, como solicitar doações ou que o mesmo forneça material para a realização dos serviços ofertados.
- 4.1.14.** Realizar a solicitação dos produtos com antecedência máxima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 4.1.15.** Toda a comunicação entre contratante e contratada deverá ser realizada exclusivamente via e-mail;
- 4.1.16.** Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato.
- 4.1.17.** Comunicar a contratada qualquer ato complementar e que impossibilite a realização do serviço.



4.1.18. Realizar os repasses financeiros, conforme datas e critérios estabelecidos.

4.1.19. É vedada a cobrança de valores, direta ou indiretamente, assim, como solicitar doações ou que o mesmo forneça material para a realização dos serviços ofertados pelo CISALP.

4.2. Competirá a Contratada:

4.2.1. Executar os termos do instrumento contratual em conformidade com as especificações básicas constantes do edital.

4.2.2. Ser responsável, em relação aos seus colaboradores e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento.

4.2.3. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

4.2.4. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber.

4.2.5. Justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução.

4.2.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante.

4.2.7. Manter disciplina nos locais dos serviços, quando for o caso, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante.

4.2.8. Cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas.

4.2.9. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços, quando for o caso.



4.2.10. Apresentar, quando solicitado pelo órgão ou entidade contratante, relação completa dos colaboradores, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo, quando couber.

4.2.11. Apresentar à Contratada, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4.2.12. Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado.

4.2.13. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.

4.2.14. Assegurar a prestação de serviço com fornecimento de produtos em perfeitas condições ora propostos, os quais deverão estar em condições adequadas de consumo.

4.2.15. Nos casos que demandarem o uso de materiais que possam prejudicar a qualidade do produto ou que impeçam a realização do mesmo, bem como, a ausência temporária de profissionais que impossibilita a prestação de serviços, o contratado deverá comunicar imediatamente ao contratante, com a proposta de solução visando a NÃO interrupção do evento.

4.2.16. Garantir as condições de boas práticas alimentares necessárias à fabricação dos produtos, objeto do presente instrumento.

4.2.17. Providenciar imediata correção das não conformidades apontadas pelo contratante, quanto à execução e a qualidade do serviço.

4.2.18. Encaminhar o faturamento, nas datas estabelecidas pelo contratante.

4.2.19. Alinhar a rotina do evento junto a contratante para melhor execução dos serviços prestados.

4.2.20. Seguir normas Sanitárias Federal, Estadual e do contratante.

4.2.21. No tocante à prestação dos serviços serão cumpridas as seguintes normas:

- a.** Atender a contratada, com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário.
- b.** É vedada a cobrança de valores, direta ou indiretamente, assim, como solicitar doações ou que o mesmo forneça material para a realização dos serviços.
- c.** O prestador será responsável por cobranças indevidas realizadas, mesmo que essas sejam realizadas por seus funcionários.



- d. Responsabilizar por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem causar ao contratante.
 - e. Não utilizar, nem permitir que terceiros utilizem o serviço para fins de experimentação, sem autorização prévia do CISALP.
 - f. Garantir a desinfecção, esterilização dos alimentos que porventura necessitarem e seguir as normas de boas práticas alimentares, assegurando o fornecimento de alimentos com qualidade e os produtos fornecidos deverão ser produzidos no dia da entrega.
 - g. Permitir acesso de funcionários, eventual ou permanentemente designados pelo CISALP, para supervisionar, acompanhar e auditar a execução dos serviços prestados.
 - h. A fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelos órgãos competentes do CISALP, não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador nos termos das legislações referentes às licitações e contratos administrativos.
 - i. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por imperfeições relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
 - j. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas por força deste Termo de Referência/ Projeto Básico.
 - k. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
 - l. Diante da impossibilidade de produzir os itens solicitados, comunicar o contratante com até no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência a data do evento.
- 4.2.22.** Além dos requisitos da contratação já previstos no ETP e que seguem em anexo a esse termo de referência, deverá ser observado o que segue:
- 4.3. Subcontratação:** A subcontratação do objeto contratual deverá ser submetida a análise prévia da contratante.
 - 4.4. Garantia da contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelo tipo do objeto a ser contratado.
 - 4.5. Vistoria:** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.



4.6. Critério de Julgamento: A admissão do credenciamento será feita mediante comprovação dos documentos exigidos no edital.

4.7. Regime de execução: O regime de execução do contrato será mediante demanda apresentada pelo contratante.

4.8. Requisitos da Contratação Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.9. Alteração Subjetiva: É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no processo original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do processo.

4.10. Termo de Contrato ou Instrumento equivalente: Após a homologação do credenciamento, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, o qual poderá ser a Nota de Empenho.

4.11. Alocação de riscos Previstos e Presumíveis: A responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes de situações futuras e incertas – riscos que possam ocorrer depois da apresentação da proposta para credenciamento – definindo a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato será gerenciada pela contratante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Fase 01: Credenciamento: Primeiramente o prestador será credenciado ao CISALP mediante apresentação completa da documentação exigida no edital.

5.1.2. Fase 02: Apresentação da Demanda: O CISALP solicitará formalmente ao prestador a disponibilidade de agenda para o fornecimento dos produtos e o prestador será notificado em tempo hábil da relação de eventos agendados para o fornecimento dos produtos.

5.1.3. Fase 03:

5.1.3.1. Pagamento: O prestador emitirá a Nota Fiscal relativa aos serviços executados, à diretoria financeira do CISALP, a qual efetuará a análise e determinará a liquidação.

5.1.3.1.1. A execução do serviço deverá iniciar em até 1 (um) dia útil após assinatura do contrato (conforme demanda apresentada pelo município).



5.1.3.1.2. Os serviços deverão ser realizados por empresas devidamente qualificadas e capacitadas para o proposto.

5.1.3.1.3. Todos os serviços ofertados pelo proponente deverão ser obrigatoriamente executados, estando sujeito as sanções previstas neste Termo de Referência/ Projeto Básico.

5.1.3.1.4. Todo e qualquer material, matéria prima, mão de obra e outros necessários serão de exclusiva responsabilidade do Contratado.

5.1.3.1.5. Na execução dos serviços, o prestador deverá atender às necessidades, condições e normas fixadas pelo CISALP, estar em consonância com as legislações descritas, atinentes à prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, visando garantir a qualidade dos mesmos.

5.1.3.1.6. A distribuição de serviços por prestador, será conforme demanda, seguindo os critérios de logística, considerando sempre o mais próximo do evento e a disponibilidade de prestar o serviço.

5.1.3.1.7. A execução contratual observará as rotinas que foram detalhadas no estudo técnico preliminar.

5.1.4. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.1.5. O prazo de garantia contratual será conforme estabelecido no edital.

6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

6.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo 7 aquelas em que houver



necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paraiba

CISALP

de ♥ pra você



7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para o e-mail: licitacao@cisalp.mg.gov.br para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.7. Fiscalização: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7.1. Fiscalização Técnica: O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Resolução nº 04/2023 do CISALP). O fiscal técnico do contrato poderá anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria 015/2024 do CISALP). Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Resolução nº 04/2023 do CISALP). O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria 015/2024 do CISALP). No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Portaria 015/2024 do CISALP). O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em





Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Portaria 015/2024 do CISALP).

7.7.2. Fiscalização Administrativa: O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria 015/2024 do CISALP). Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Portaria 015/2024 do CISALP).

7.8. Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando quando necessário e pertinente, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Portaria 015/2024 do CISALP).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria 015/2024 do CISALP).

O gestor do contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria 015/2024 do CISALP).

O gestor do contrato emitirá, quando necessário e pertinente, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Portaria 015/2024 do CISALP).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Resolução nº 04/2023 do CISALP).





Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



O gestor do contrato deverá elaborar, quando for o caso, relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Portaria 015/2024 do CISALP). O gestor do contrato, quando for o caso, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

8.1. Recebimento:

8.1.1. Os serviços serão prestados e após, será emitido um instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. O contratado deverá agir sempre de forma a fornecer produtos de qualidade, seguindo todas as normativas estabelecidas pela ANVISA. Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, o contratante poderá: a) se disser respeito à execução do serviço, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que o mesmo seja executado novamente, sem custo adicional, considerando a qualidade do produto; bem como poderá proceder com a rescisão da contratação, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. Qualquer intercorrência durante a execução do serviço, o contratado deverá imediatamente comunicar o contratante e tomar todas as providências necessárias.

8.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





8.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8. O recebimento do serviço não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação:

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.1.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.1.2.1. O prazo para a correção de que trata o item 8.10 por parte do fornecedor/prestador de serviço será de 2 (dois) dias úteis.

8.1.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

8.1.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o nível NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na



impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

8.1.4.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.1.4.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.1.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.1.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.1.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.2. Prazo de Pagamento:

8.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária. Forma de pagamento.

8.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente jurídica indicados pelo contratado.



8.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.2.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.2.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

8.2.7. Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.

8.3. Das Retenções Fiscais:

8.3.1. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

8.3.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

8.3.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

8.3.4. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

9. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA E DA HABILITAÇÃO:



9.1. Serão consideradas aptas à avaliação técnica todos os estabelecimentos que apresentarem os documentos solicitados no Item 11.7 conforme o art. 62 da Lei 14.133/21.

9.1.1. Os estabelecimentos que não atenderem aos requisitos exigidos pelo presente Termo de Referência não serão credenciados.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. Poderão participar todos os interessados que se apresentarem para credenciamento a qualquer momento, durante a vigência do Edital, que estejam cumprindo as normas técnicas e administrativas aplicáveis e aos princípios e diretrizes do SUS, bem como as normas Sanitárias: Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto, atendendo integralmente ao disposto no Edital de Chamamento Público e seus anexos.

10.2. Os interessados deverão aceitar os valores referentes à realização dos serviços e fornecimento dos produtos constantes neste Termo de Referência/Edital e os reajustes seguirão os critérios legais.

10.3. Todos os interessados em prestar os serviços objeto deste credenciamento deverão participar do chamamento, **INCLUSIVE AS EMPRESAS JÁ CREDENCIADAS**, igualmente obrigadas a apresentar a documentação exigida e demonstrar o cumprimento dos requisitos deste Projeto Básico/ Termo de Referência edital e legislações vigentes.

10.3.1. O regime de execução do contrato é o constante nesse Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

10.3.2. Caso haja mais de um prestador de serviços, será utilizado o critério de seleção, considerando o prestador que estiver mais próximo do local do evento.

10.4. Da Solicitação de Credenciamento:

10.4.1. Os interessados deverão apresentar sua oferta em consonância com sua capacidade técnica operacional para prestação de serviços.

10.4.2. A empresa credenciada somente fará jus aos valores correspondentes à realização dos serviços, previamente encaminhados, quando autorizados pelo contratante e efetivamente prestados.

10.4.3. A critério do contratante, o remanejamento nos quantitativos dos serviços elencados.

10.4.4. Da apresentação dos documentos: Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, os quais serão conferidos pelo funcionário do CISALP nomeado para este fim.

I. Ficha de solicitação de credenciamento (ANEXO I);



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



- II.** Relação nominal com dados pessoais (nome, CPF, função/cargo e etc) do Responsável Legal/Proprietário do estabelecimento e anexo devidamente assinado pelo Responsável Técnico (ANEXO II);
- III.** Licença Sanitária Municipal da empresa participante, em vigor, para prestar o serviço a ser contratado, quando o couber;
- IV.** Licença de Funcionamento ou sua justificada dispensa conferida por órgão sanitário (art. 51 da Lei Federal nº 6.360/76 e Decreto nº 8077/2013);
- V.** Certificado de Regularidade da Empresa junto ao Conselho Regional de Medicina em plena validade;
- VI.** Documento comprobatório de vínculo do Responsável Legal com a Empresa Licitante;
- VII.** Declaração de concordância com os preços dos serviços constantes no rol deste Termo de Referência/ Projeto Básico (ANEXO IV).

10.5. Exigências de Habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.5.1. Habilitação Jurídica:

10.5.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.5.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/emissao-de-comprovante-ccmei>.

10.5.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.5.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.





10.5.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.5.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.5.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.5.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.6. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

10.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



10.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.7. Qualificação Econômico-Financeira:

10.7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

10.7.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.7.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.7.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.7.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.8. Qualificação Técnica:

10.8.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.8.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.8.3. Para a execução do contrato, a empresa contratada deverá possuir a seguinte qualificação operacional:

10.8.3.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto.

10.8.3.2. Declaração de Capacidade Instalada com disponibilidade de recursos humanos, equipamentos, e infraestrutura, todos em perfeito estado de conservação e funcionamento, para prestação dos serviços e disponibilidade de atendimento para o usuário, adequado para execução



do objeto a ser prestado - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.8.4 Para a execução do contrato, a empresa contratada deverá disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.8.5 Serão consideradas aptas à avaliação técnica todos os estabelecimentos que apresentarem os documentos solicitados no Item 11.7 conforme o art. 62 da Lei 14.133/21.

10.8.6 As empresas que não atenderem aos requisitos exigidos pelo presente Termo de Referência/ Projeto Básico não serão credenciados.

10.9. Do Credenciamento dos Interessados: O credenciamento dos prestadores ocorrerá nas seguintes condições:

10.9.1. Todo prestador que atender às condições estabelecidas neste Termo de Referência/ Projeto Básico, Edital e seus ANEXOS serão credenciados.

10.9.2. Serão selecionados para contratação somente os estabelecimentos que efetivamente encontram-se com capacidade técnica para realizar os serviços. Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços interessadas em prestar os serviços, deverão credenciar-se junto ao CISALP, para celebrar o CONTRATO, de forma complementar, de acordo com a necessidade do contratante nos ditames deste Termo de Referência.

10.10. Da escolha do Prestador: Ocorrerá conforme critérios de logística, disponibilidade de agenda e demais critérios que proporcionarão eficiência na oferta dos serviços.

11. REGIME DE EXECUÇÃO: O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: O custo estimado total da contratação é de R\$ 356.747,00 (trezentos e cinquenta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1 que trata da definição do objeto nesse termo de referência.

12.1. Para ocasião do Processo Licitatório em questão, os valores elencados se referem a realização, pelo CISALP, de pesquisa de mercado para obter valores adequados à realidade da região, sendo considerado o menor valor, conforme estabelecido no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



12.2. Os preços dos objetos, constantes neste edital, caracterizando o valor unitário de cada item, são **FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS**, salvo por fator superveniente que caracterize a situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal 8666/03.

12.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATADA, esta deverá comprovar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do fornecimento, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da composição da proposta e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc), que comprovem que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente avençadas.

12.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo CISALP, deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo ao erário público.

12.5. Fica facultado ao CISALP realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

12.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do CISALP.

12.7. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços acordados no presente instrumento.

12.8. É importante destacar que todos os encargos tributários e trabalhistas, estão integralmente integrados ao valor total de cada item contratado.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CISALP deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

Exercício de 2024:

5.1.0.10.302.9001.2.901.3.3.90.30 - Ficha 4

5.2.0.10.302.9002.2.902.3.3.90.30 – Ficha 26

5.3.0.10.302.9005.2.911.3.3.90.30 – Ficha 70

5.4.0.10.304.9006.2.921.3.3.90.30 – Ficha 121





Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paraibita

CISALP

de ♥ pra você



14. DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO: O presente Termo de Referência não terá caráter sigiloso e poderá ser divulgado em sua íntegra em qualquer fase da licitação nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

15. DA PADRONIZAÇÃO E DO PARCELAMENTO:

15.1. A equipe de planejamento decidiu parcelar a solução, optando por aplicação de itens, eis que mostra tecnicamente e economicamente viável a divisão da solução a ser contratada, abrindo vistas a vários prestadores aptos a buscarem o item aplicável a sua área de atuação, conforme sua formação técnica e profissional.

15.2. Desse modo, a solução parcelada para o CISALP tem a aplicabilidade mais eficiente, sendo que a contratação depende das demandas do CISALP, podendo ser flutuante de mês para mês, além de ampliar o mercado para o objeto a ser licitado, tendo como finalidade buscar economia de escala e maior número de prestadores capacitados, além da viabilidade de reduzir custo médio do escopo da diluição dos custos fixos.

16. FINALIDADE:

16.1. A finalidade da presente licitação é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia através do credenciamento de todas as empresas aptas e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

16.2. Além do objetivo primordial, este certame busca ampliar a eficiência nas contratações públicas. Visa promover a troca de experiências, buscando constantemente a melhor relação entre custos e benefícios para o setor público, fomentando práticas e soluções que contribuam para a melhoria contínua dos serviços prestados. O processo licitatório tem como propósito padronizar o objeto da contratação em relação a todas as observâncias necessárias ao bom andamento e eficiência na prestação de serviços, para que o mesmo ofereça vantagens para a administração pública considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. O processo licitatório seguirá padrões de ampla publicidade, divulgando todas as fases e serviços, bem como os contratos resultantes, em sítio eletrônico. Este compromisso visa garantir a transparência e o acesso à informação.





Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



16.3. Conforme exigência legal, o CISALP realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto às empresas do ramo do objeto.

17. DA MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA: O Chamamento Público visto ser uma contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, através de valores estão previamente fixados pelo contratante através de orçamentos realizados e que, diante a demanda de serviços, são necessárias várias empresas com disponibilidade para oferecer o serviço em seus próprios estabelecimentos

18. BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO: Com esta contratação, almeja-se alcançar a redução nos custos do serviço, ante a possibilidade de contratar uma prestação de serviços, de qualidade e que oferece comodidade e bem-estar ao público participante interno e externo presente nos eventos desta corte. Considerando, pois, que os serviços a serem contratados apresenta como maior benefício se tornando viável a contratação para administração pública, sobretudo mais vantajosa para a atender às demandas pretendidas pelo CISALP relacionadas a serviços de fornecimento de gêneros alimentícios, haja vista que o CISALP não disponibiliza deste serviço habilitado em outras localidades, além de resguardar a economicidade de preços, o consórcio proporcionar o serviço facilitado para fornecimento em outras cidades. A contratação prevista neste estudo técnico tem como propósito fundamental impulsionar a efetividade das ações desenvolvidas pelo consórcio e garantir através de ações como assembleias, reuniões, cursos, capacitações, workshops e outros, esse vínculo entre consórcio, entes consorciados, prefeitos e demais autoridades proporcionando assim uma base sólida para a tomada de decisões, visando resultados mais satisfatórios, diante de desafios relacionados a atuação mais proativa e abrangente dos municípios junto ao CISALP. Espera-se que esta contratação estimule a realização dos mais diversos eventos promovidos pelo consórcio e simultaneamente uma abordagem mais assertiva, consequentemente a obtenção de resultados satisfatórios para administração pública.

19. JUSTIFICATIVA: O presente processo de contratação tem como base nos princípios administrativos da publicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, bem como em critérios técnicos, para a contratação de serviços destinados às atividades de panificação, em atendimento a demanda do CISALP. A necessidade constante de realizar assembleias, reuniões, cursos, capacitações, workshops e outros traz aos Consórcios de Saúde a função de, como órgão integrante da administração indireta dos municípios, ser um auxiliador em atender as demandas e os vazios





Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paraiba

CISALP

de ♥ pra você



assistenciais desses municípios enquanto entes consorciados; O CISALP além de garantir a oferta de serviços em larga escala, conforme necessidade e disponibilidade financeira dos municípios, também garante a oferta de serviços essenciais à população, conforme critérios e solicitação de cada ente consorciado;

19.1. Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196, que dispõe que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação; Considerando a Lei nº 8080 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

19.2. Considerando a Lei nº 141 de 13 de janeiro de 2012 que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde;

19.3. Por todo o exposto, a contratação na modalidade Chamamento Público se faz viável ante a inviabilidade de competição, visto que os valores estão previamente fixados pelo Contratante através de orçamentos realizados e que, diante a demanda de serviços, são necessárias várias empresas com disponibilidade para oferecer o serviço como também, para prestarem serviços. Visto que, o CISALP tem papel relevante no desenvolvimento de ações e prestação de serviços que promovam, além da promoção, prevenção e proteção da saúde.

19.4. Assim, justifica-se necessária a referida contratação, uma vez que, serviços de fornecimento de gêneros alimentícios em geral como panificação, sobremesas e outros, são essenciais para fornecimento em eventos e transmite a organização do evento, a receptividade e a segurança da qualidade dos produtos, os quais serão servidos a autoridades, gestores, servidores e demais integrantes da administração pública em geral.

20. RESPONSÁVEIS: Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Lagoa Formosa 1 de agosto de 2025.

LUDIMILA MAGALHÃES DE LIMA

Diretora Comercial do CISALP





Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



 www.cisalp.mg.gov.br

 (34) 3080-0315

 @cisalp

Sede CISALP

 Rua Juquinha Souto, nº 100 - Novo Horizonte
Lagoa Formosa-MG | CEP: 38720-000



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paranaíba

CISALP

de ♥ pra você



ANEXO VI

ANEXO XIII (NÃO PRECISA SER PREENCHIDA PELO LICITANTE)

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 052/2025

INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO N° 016/2025

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM O
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE
SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO ALTO
PARANAÍBA - CISALP E O (A)
(*****).

Pelo presente Termo de Credenciamento o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA - CISALP**, pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, inscrito no CNPJ/MF sob o n°. 02.319.394/0001-70, com sede à Rua Juquinha Souto, n° 100, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE**, credencia (*****) inscrito no CNPJ sob o n° (*****), doravante denominado **CONTRATADO**, representada pelo sócio administrativo (*****), para prestar (*****) na área de Consórcio, mediante sujeição mútua às cláusulas que se anunciam e ao processo de **Inexigibilidade por Credenciamento n°. 016/2025**, ratificado no dia (*****).

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1. Chamamento Público, com o intuito de promover o credenciamento de estabelecimentos especializados em saúde, para viabilizar a prestação de serviços especializados em saúde, a fim de subsidiar as necessidades do CISALP e dos municípios consorciados ao CISALP. Vale ressaltar que não há garantia de consumo mínimo, sendo o pagamento realizado por contratação individualizada de produção (item), conforme detalhamento na tabela abaixo, estabelecida de acordo com as condições e exigências delineadas neste instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O Contratado obriga-se a prestar os serviços, objeto deste edital de credenciamento, a saber:





ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR UNITÁRIO
(Nº. do item no Edital)	XXX XX	Descrição do serviço prestado	SV.	(valor constante no Edital, para o item em questão)

Prestação de serviço pelo valor do Edital, nele incluído impostos, taxas, contribuições e demais tributos que envolvem o serviço.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RETENÇÕES FISCAIS

3.1. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

3.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

3.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

3.4. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

3.5. A Administração poderá realizar a retenção de 1% da nota fiscal referente ao PASEP, assim que se julgar necessário para a manutenção das atividades do consórcio.

4. CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

4.1. Os serviços serão prestados e após, será emitido um instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior



verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.1.2. O profissional deverá agir sempre para expor o paciente ao menor risco de vida possível. Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, o contratante poderá:

a) se disser respeito à execução do serviço, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que o mesmo seja executado novamente, sem custo adicional, considerando a situação de saúde do paciente; bem como poderá proceder com a rescisão da contratação, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.3. Qualquer intercorrência durante a execução do serviço, o contratado deverá imediatamente comunicar o contratante e tomar todas as providências necessárias a manter a saúde do paciente.

4.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº. 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.1.8. O recebimento do serviço não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.1.9. Somente serão aceitos SERVIÇOS que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.

4.1.10. Fica proibido a execução de serviços antes da confecção do contrato, sujeito a não realização do pagamento.



4.1.11. É de responsabilidade do contratado o envio do faturamento até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente a realização dos procedimentos.

4.1.12. Que para maior agilidade e rapidez no pagamento, o faturamento deverá ser enviado para o e-mail faturamento@cisalp.mg.gov.br, e a nota fiscal para pagamento, para o e-mail financeiro@cisalp.mg.gov.br. **Não serão considerados faturamentos e notas fiscais enviados via WhatsApp.**

4.2. Liquidação

4.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- f) Dados bancários (banco, agência e conta);

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

4.2.4. O prazo para a correção de que trata o item 8.2.3 por parte do fornecedor/prestador de serviço será de 2 (dois) dias úteis.

4.2.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

4.2.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao



SICAF que abrangerá o nível NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.7. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.2.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

4.3. Prazo e forma de Pagamento

4.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

4.3.1.1. A Administração poderá realizar a retenção de 1% da nota fiscal referente ao PASEP, assim que se julgar necessário para a manutenção das atividades do consórcio.

4.3.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente ou boleto bancário, indicados pelo contratado, devendo obrigatoriamente o crédito ser realizado para o mesmo CNPJ contratado com a administração pública.



4.3.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.3.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.3.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

4.3.7. Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.

4.3.8. As transferências que serão feitas para outros bancos que não seja banco do Brasil será descontado a despesa de transferência bancária.

4.3.9. Os valores constantes no Anexo VI correspondem ao valor total dos produtos contratados, já incluídos todos os recolhimentos tributários, previdenciários, fiscais, trabalhistas e quaisquer outros porventura incidentes.

4.3.10. No valor do serviço/produto estão inclusas todas as despesas geradas para o deslocamento do profissional. Quaisquer intercorrências durante o deslocamento serão de responsabilidade do CONTRATADO.

4.3.11. Quaisquer despesas extras ou valores cobrados em desacordo com o Termo de Contrato não serão autorizadas pelo CISALP.

5. CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária do CISALP, por intermédio dos recursos consignados no Orçamento Anual do CISALP, para o ano 2025 e correlatas para o ano de 2025:

5.1.0.10.302.9001.2.901.3.3.90.30 - Ficha 4

5.2.0.10.302.9002.2.902.3.3.90.30 – Ficha 26

5.3.0.10.302.9005.2.911.3.3.90.30 – Ficha 70

5.4.0.10.304.9006.2.921.3.3.90.30 – Ficha 121

6. CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



- 6.1. Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº. 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 6.2. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato.
- 6.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado.
- 6.4. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato.
- 6.5. Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.
- 6.6. Realizar a conferência e monitoramento dos códigos dos procedimentos realizados, autorizando o pagamento exclusivamente mediante a confirmação da produção.
- 6.7. Solicitar, sempre que necessário, documentos que identificam as condições técnicas sanitárias do prestador contratado a fim de verificar se as condições de habilitação comprovadas na ocasião da assinatura do Contrato continuam as mesmas.
- 6.8. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços contratados.
- 6.9. Aplicar as sanções e penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei nº. 14.133/2021.
- 6.10. Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do CISALP, no prazo estabelecido na lei.
- 6.11. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso Público ao Relatório de Gestão Fiscal.
- 6.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.
- 6.13. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação, sendo o gestor deste contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 7.1. Executar os termos do instrumento contratual em conformidade com as especificações básicas constantes do edital.



7.2. Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento.

7.3. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

7.4. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber.

7.5. Justificar ao órgão ou entidade contratantes eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução.

7.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante.

7.7. Cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas.

7.8. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços, quando for o caso.

7.9. Apresentar à Contratada, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

7.10. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.

7.11. Deverá ser informado/protocolado, através do e-mail contratos@cisalp.mg.gov.br, junto à Diretoria de Gestão Estratégica do CISALP, quaisquer inconformidades e/ou eventualidade que acarrete prejuízo ou falhas na execução do contrato.



7.12. Para a referida prestação de serviços, as empresas deverão estar devidamente credenciadas ao CISALP.

7.13. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo, sendo glosado pelo CISALP, valores e serviços em desacordo.

7.14. O Contratado deverá estar regular com todas as obrigações fiscais, trabalhistas e sanitárias.

7.15. Executar somente serviços agendados via sistema do CISALP. Qualquer intercorrência deverá ser imediatamente comunicada ao consórcio para prévia autorização.

7.16. Além dos requisitos da contratação já previstos no ETP e que seguem em anexo a esse termo de referência, deverá ser observado o que segue:

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONSORCIADO

8.1. Nomear um colaborador responsável para acompanhar e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato.

8.2. Comunicar a contratada qualquer ato complementar e que impossibilite a realização do serviço.

8.3. Encaminhar o ofício de solicitação de pagamento, juntamente com a comprovação do serviço executado, seguindo o formulário contido no anexo XII deste documento, realizando os repasses financeiros ao CISALP, conforme datas e critérios estabelecidos.

8.4. Informar ao CISALP qualquer intercorrência que possa comprometer a prestação dos serviços.

8.5. Efetuar o pagamento somente de serviços efetivamente realizados, nos valores estabelecidos no Edital;

9. CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. Será firmado o Termo de Contrato com validade de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos das alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 da Lei 14.133/21 até o limite de 120 (cento e vinte) meses tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido a critério do contratante, sem que ao contratado caiba qualquer indenização, ou, reclamação.

10.2. A inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas da Lei Federal 14.133/21.



10.3. O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido se, por algum motivo, o contratado deixar de possuir as condições de habilitação exigidas no Edital de Credenciamento.

10.4. A rescisão deste Termo de Credenciamento poderá ocorrer nas formas previstas no Artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.

10.5. Poderá ser solicitada rescisão de Termo de Contrato por parte do CONTRATADO, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, condicionada à análise do contratante quanto a possibilidade da rescisão antes do término de vigência do presente Termo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES E SANÇÕES

11.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Termo de Contrato, para cada notificação formalizada a este, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei.

11.1.2 A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente três vezes, sendo que a notificação seguinte ensejará a rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

11.1.3. O CONTRATADO ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

11.2.1. Verificada uma das hipóteses previstas nos subitens anteriores, o CISALP poderá optar pela convocação dos demais contratados, se houver.

11.2.2. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado o CISALP poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Termo de Contrato juntamente com as seguintes sanções.

a) Advertência.

b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.



11.2.3. As sanções previstas na alínea “c”, do subitem 11.2.2, são de competência exclusiva do Presidente do CISALP, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura das vistas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo 7 aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso,



data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Fazem parte deste instrumento o disposto no Edital de Contrato e seus anexos, tendo plena validade entre as partes contratantes.

13.2. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Termo de Contrato, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

13.3. O CONTRATADO se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto nas Cláusulas Décima e Décima Primeira.

13.4. O presente Termo de Contrato é regido pela Lei Federal nº. 14.133/21 e alterações.

13.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas - MG, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo de Contrato.

E, por assim estarem de acordo e ajustados, firmam este instrumento em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas para a produção dos desejados efeitos jurídicos.

Lagoa Formosa/MG, ____ de _____ de 2025.

CISALP

Fernando Breno Valadares Vieira



Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Alto Paraíba

CISALP

de  pra você



**Fornecedor
Representante**

PROCURADORA GERAL
Marcela Moraes OAB/MG 137.089

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF:

Cargo:

2. _____

CPF:

Cargo: